

# PORTUGAL

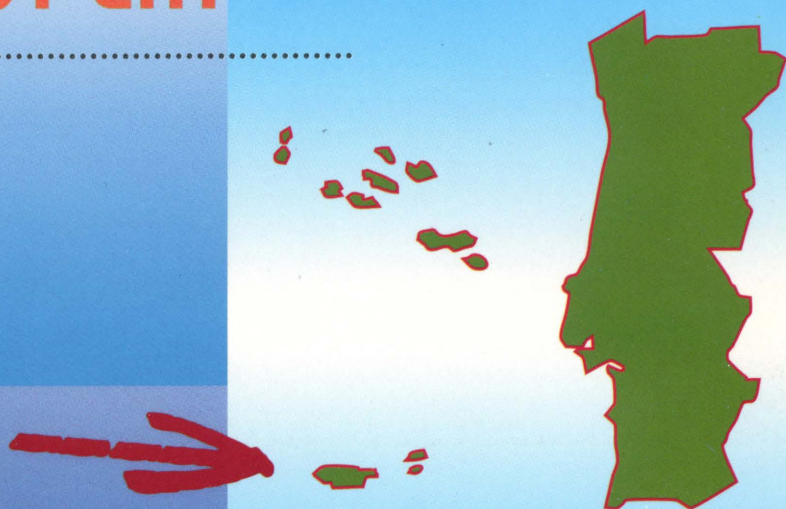
---

## na União

---

## Europeia

---



**3. MADEIRA**

Lista dos pontos onde pode obter informação sobre a  
União Europeia - **Centros de Informação Europeia:**

**AVEIRO**

**Eurogabinete da AIDA**

Av. Dr. Lourenço Peixinho, 146, 5ª A - Apart. 584  
3808 Aveiro  
Tel:034.200 95 Fax:034.240 93

**BRAGA**

**Centro de Doc. Europeia da Univ. do Minho**

Escola Sup. de Ec. e Gestão, Sala 225 - Gualtar  
4700 Braga  
Tel:053.676 376 / 604 Fax:053.676 375

**Centro de Informação Europeia, AIM**

Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, 45 - Apart. 99  
4701 Braga  
Tel:053.61 33 57/61 Fax:053.766 01

**CALDAS DA RAINHA**

**Centro de Informação Rural do Oeste**

D.R. Agricultura do Ribatejo e Oeste  
Rua Leonel Sotto Mayor - Apart. 114  
2500 Caldas da Rainha  
Tel:062. 84 19 68 Fax:062.84 19 69

**CASTELO BRANCO**

**Centro de Doc. Europeia do Instituto Politécnico**

Av. Pedro Álvares Cabral  
6000 Castelo Branco  
Tel:072. 221 26/8 Fax:072.33 18 74

**COIMBRA:**

**Centro de Doc. Europeia da Universidade**

Rua de Aveiro, 11-11ª  
3000 Coimbra  
Tel:039.259 54 Fax:039.339 29

**Eurogabinete da Comissão de CCRC**

Rua Luis Camões, 150  
3000 Coimbra  
Tel:039.70 14 75/70 Fax:039.40 56 88

**Centro de Inf. Rural da Beira Litoral**

D.R. Agricultura da Beira Litoral  
Av. Fernão Magalhães, 465  
3000 Coimbra  
Tel:039.242 45 Fax:039.336 79

**COVILHA**

**Centro de Doc. Europeia da Universidade**

Rua Marquês D'Ávila e Bolama  
6200 Covilhã  
Tel:075.31 42 07/32 77 70/1 Fax:075.261 98

**ÉVORA**

**Centro de Doc. Europeia da Universidade**

Largo dos Colegiais, 2  
7000 Évora  
Tel:066.284 30 Fax:066.74 49 69

**Eurogabinete do IAPMEI**

Rua de Valasco, 19 - C  
7000 Évora  
Tel:066.218 72/6 Fax:066.298 81/297 81

**FARO**

**Centro de Doc. Europeia da Universidade**

Estrada da Penha  
8000 Faro  
Tel:089.80 35 61/6 Fax:089.82 358 60/80 65 15

**Eurogabinete da CCRA**

Praça da Liberdade, 2  
8000 Faro  
Tel:089.80 27 09 Fax:089.80 66 87/80 35 91  
(continua no verso da contra-cap)

**Comissão Europeia**

**Gabinete em Portugal**

**Largo Jean Monnet, 1 - 10º**

**1200 Lisboa**

Textos terminados em Novembro de 1995

Reprodução autorizada com menção da  
fonte, salvo para fins comerciais

Impresso em Novembro de 1995

Adaptação de textos e grafismo

**Forum Público, Lda**

Tel: 01.796 90 10

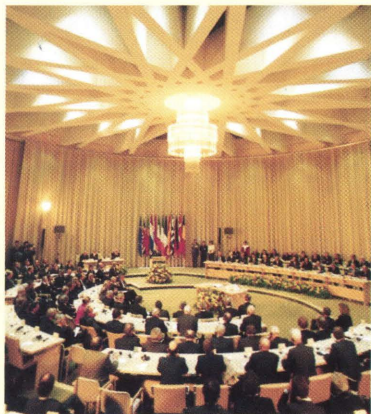
Fax:01. 793 38 66

Lisboa

# A UNIÃO EUROPEIA E AS SUAS REGIÕES

**D**ecorridas que estão quatro décadas sobre a assinatura do Tratado de Roma, a União Europeia (UE) e o seu funcionamento não são ainda bem compreendidos pela totalidade dos cidadãos europeus, apesar do apoio dado pela maioria ao projecto de unificação. Para vencer esse desconhecimento, Jacques Santer, presidente da Comissão Europeia, comprometeu-se a aproximar a União dos seus concidadãos e empenhou-se em tornar mais transparente o seu funcionamento. “Se não conseguirmos corresponder ao anseio dos europeus, o nosso projecto falhará”, escreveu Jacques Santer quando tomou posse em 1995.

Assegurando a paz e a prosperidade dos seus 370 milhões de cidadãos, a União Europeia e os seus 15 Estados-membros atingiram os seus objectivos centrais. Ao longo de um processo que durou 40 anos, avançaram



significativamente na criação de um mercado único onde bens, serviços, pessoas e capitais possam circular tão livremente como no interior de um só país e estabeleceram novos padrões de coesão e de solidariedade entre todos os cidadãos e entre todas as regiões.

Após a ratificação do Tratado de Maastricht, em 1993, a União Europeia prepara-se agora activamente, para a criação da União Económica e Monetária, dotada de uma moeda única.

## A UNIÃO NA DIVERSIDADE

Ao mesmo tempo que aprofunda o processo de integração, a UE procura conservar a diversidade cultural e linguística dos seus povos e regiões.

Os cidadãos europeus continuarão, é certo, a ser, antes de mais, cidadãos de um Estado-membro e a sentir-se particularmente identificados com uma determinada região. Mas a UE pode conferir-lhes um sentimento suplementar de identidade e um quadro de acção comum, tendo em vista o reforço da sua solidariedade.

Os cidadãos e as regiões estão muito envolvidos nos assuntos da União: os deputados ao Parlamento Europeu são eleitos directamente pelos cidadãos que podem apresentar ao Provedor do Parlamento Europeu queixa contra as próprias instituições da UE. Os representantes das autoridades regionais,



por sua vez, têm assento no Comité das Regiões, criado pelo Tratado de Maastricht.

A União Europeia tem vindo a promover o desenvolvimento económico e social e a melhoria do acesso das regiões menos prósperas aos mercados mais ricos da UE, ao mesmo tempo que tem procurado tornar essas regiões mais atractivas para os investidores.

Com esse fim um terço do orçamento anual da União - 80 biliões de ECU, cerca de 16 biliões de contos\* - é consagrado aos fundos estruturais.

Presentemente, a União está igualmente empenhada num vasto programa destinado a desenvolver as redes transeuropeias e para apoiar o esforço dos países menos prósperos - Espanha, Portugal, Irlanda e Grécia - no que se refere ao financiamento de projectos nos domínios das infra-estruturas e do ambiente, foi criado um Fundo de Coesão com a dotação de 15 biliões de ECU, quase 3 biliões de contos, a utilizar durante cinco anos.

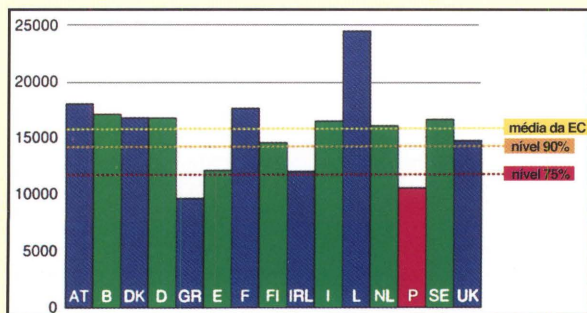
## AS INSTITUIÇÕES DA UNIÃO

Quatro instituições estruturam o modo de funcionamento da União Europeia: a Comissão Europeia, o Conselho da UE, o Parlamento Europeu e o Tribunal de Justiça. Existe ainda uma quinta instituição, o Tribunal de Contas, que controla a gestão adequada do orçamento da União, tanto pela Comissão como pelos Estados-membros, no que se refere às suas responsabilidades específicas, nomeadamente, nos domínios da política agrícola comum (PAC) e dos fundos estruturais.

A Comissão Europeia, guardiã dos tratados da UE, é a única instituição que pode fazer propostas legislativas, velando, simultaneamente, pela correcta aplicação de toda a legislação pelos Estados-membros. Como órgão executivo da União, a Comissão é responsável pela aplicação e condução da sua política. A gestão do orçamento da União, incluindo os fundos estruturais, constitui uma das responsabilidades executivas do grupo de 19 comissários, liderado por Jacques Santer. Mas a Comissão não é o principal órgão de decisão. Esta função é da competência do Conselho da União Europeia, constituído pelos ministros dos 15 Estados-membros.

Para aprovar os tex-

**PIB por habitante por país 1992**



tos legislativos propostos pela Comissão e definir as políticas europeias, estes ministros reúnem em Conselho. A presidência é assumida por cada um dos Estados-membros por períodos de seis meses, rotativamente.

O Conselho partilha o seu poder legislativo com o Parlamento Europeu. Este é constituído por 626 deputados, eleitos directamente pelos cidadãos da União. O Parlamento tem vindo a adquirir mais poder: pode censurar a Comissão e, a par do Conselho, assume também o direito de co-decisão em certos domínios-chave. O presidente da Comissão, bem como os restantes comissários, não pode assumir funções senão após o voto de investidura do Parlamento.

O Tribunal de Justiça, tal como o Tribunal de Contas, tem a sua sede no Luxemburgo. Árbitro supremo em matéria de legislação europeia, julga as infracções cometidas no âmbito da União.

Finalmente, a União compreende ainda dois Comités consultivos: o Comité Económico e Social - constituído por representantes do patronato, dos trabalhadores e de outros interesses económicos - e o Comité das Regiões, o mais recente órgão da UE, que permite a participação dos cidadãos e dos seus representantes nas decisões que lhes dizem directamente respeito.

\* Em resultado das flutuações cambiais, todos os montantes expressos nesta publicação em «contos» devem ser tomados como valores aproximados. A conversão ECU/conto foi feita ao câmbio de Novembro de 1995.

## A MADEIRA NA UNIÃO EUROPEIA

**C**om uma superfície total de 91.967 Km<sup>2</sup>, o território de Portugal é constituído por uma parte continental e pelos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

O Arquipélago da Madeira, composto pelas ilhas da Madeira (737 Km<sup>2</sup>) e do Porto Santo (423 km<sup>2</sup>) e pelos ilhéus desabitados das Desertas (14 Km<sup>2</sup>) e das Selvagens (4Km<sup>2</sup>), encontra-se situado no Atlântico Norte, a cerca de 1000 Km a sudoeste de Lisboa. Apesar de possuir uma densidade populacional muito superior à média do país e mesmo da UE, 75 por cento da população da ilha da Madeira habita em apenas 35 por cento do território, particularmente na zona costeira, onde, aliás, se encontra a cida-

de do Funchal, capital da região, que concentra 45 por cento da população, com uma densidade de 1.500 h/Km<sup>2</sup>.

A economia da região assenta num equilíbrio entre a agricultura - banana, vinho e flores -, apoiada na exportação, e o turismo, também fortemente orientado para o exterior. A indústria é pouco diversificada e consiste, sobretudo, em actividades tradicionais de carácter artesanal - bordados, tapetes e artigos de vime. O sector terciário é o mais dinâmico, tanto em termos de emprego como pelos efeitos na economia madeirense. Em Porto Santo, o sector terciário ocupa mesmo o primeiro lugar entre as actividades da ilha.



Politicamente, a Madeira constitui, desde 1976, uma Região Autónoma dirigida por um Governo e por uma Assembleia Legislativa. O Estado Português é representado na Região por um Ministro da República. Nos últimos anos, a Madeira tem beneficiado de um impulso muito significativo no esforço de modernização da sua economia, em resultado de programas lançados no âmbito das políticas regional, nacional e comunitária, com destaque para a construção de infraestruturas, a melhoria da qualificação dos recursos humanos e a modernização da estrutura produtiva. De acordo com os indicadores económicos, todas as regiões de Portugal revelam, quando comparadas com a média dos

em 1991, abrandou o ritmo de crescimento: o investimento baixou, juntamente com o poder de compra e o consumo.

Assim, Portugal continua, no conjunto do seu território, a fazer parte da lista das regiões europeias elegíveis para o objectivo nº1 dos Fundos Estruturais da UE, ou seja, aquelas zonas da Europa que mais beneficiam de um apoio comunitário intenso, tendo em vista a superação dos maiores obstáculos ao desenvolvimento do país:

A dimensão reduzida do mercado nacional, periférico em relação à Europa e insuficientemente especializado; os baixos níveis de instrução e qualificação profissional da população e da

	Superfície	População		Emprego (%)			PIB/hab.
		Milhares	hab./km2	Agricultura	Indústria	Serviços	EUR (SPA)=100
	mil Km²	1991	1991	1989	1989	1989	1989
<b>Madeira</b>	0.8	253	317	21	38	41	n/d
<b>Portugal</b>	92.0	9859	107	21	35	44	55
<b>EUR. 12</b>	2253.7	327931	146	7	33	60	100

«Portrait des Régions», EUROSTAT.

restantes países da União Europeia, um certo atraso de desenvolvimento. Contudo, em resultado do aumento do investimento e das exportações que se seguiu à adesão de Portugal à Comunidade em 1986, o país atravessou, desde então, um período de crescimento que o aproximou dos padrões de desenvolvimento económico dos seus parceiros europeus. Porém, a crise internacional iniciada

mão de obra; a fragilidade do tecido empresarial, pouco competitivo, penalizado por elevados custos de produção no sector primário e, em geral, insuficientemente dotado de infraestruturas e equipamentos. O fraco desenvolvimento da rede urbana de cidades de média dimensão e a persistência de significativas assimetrias de desenvolvimento regional desigual constituem, igualmente, entraves ao progresso.

# O APOIO AO DESENVOLVIMENTO



## S FUNDOS ESTRUTURAIS

Para apoiar as estratégias de desenvolvimento nacional e regional acordadas entre a Comissão e os Estados-membros sob a forma de Quadros Comunitários de Apoio (QCA) e para poder concretizar as Iniciativas Comunitárias - programas destinados a responder a problemas específicos de âmbito comunitário - a União Europeia mobiliza meios financeiros reunidos nos chamados Fundos Estruturais - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, Secção Orientação (FEOGA-Orientação) - e no Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP).

As prioridades destes fundos resumem-se no seguinte quadro:

Para o período de 1994-1999, os Fundos Estruturais dispõem de quase 150 mil milhões de ECU (mais de 28 mil milhões de contos). Desse montante global, 70 por cento destinam-se às regiões elegíveis para o Objectivo n.º 1, regiões cujo PIB per capita é inferior a 75 por cento da média comunitária.

O conjunto do território português insere-se, na sua totalidade, nestas regiões. Assim se justifica que uma parcela significativa, mais de 10 por cento, daquele montante global se destine a Portugal: 13.980 milhões no âmbito das acções que visam o Objectivo nº 1 dos Fundos Estruturais e 1.232 milhões no âmbito das Iniciativas Comunitárias.

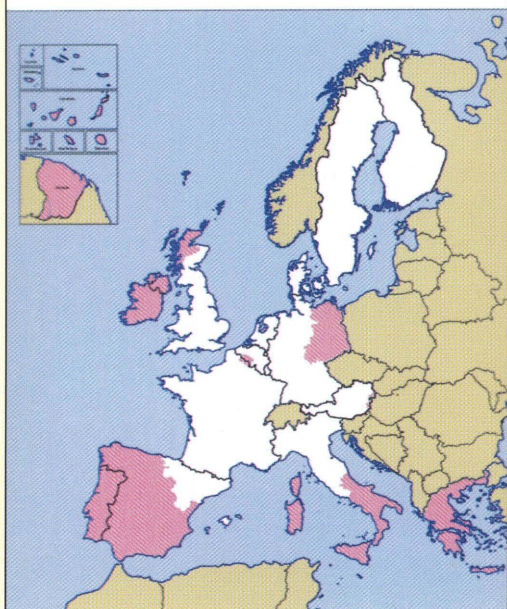
Em Portugal, tal como em outros países cujo PIB per capita é inferior a 90 por cento da média comunitária, a acção dos Fundos Estruturais é complementa-

### OBJECTIVOS DOS FUNDOS ESTRUTURAIS

Objectivo 1	adaptação económica das regiões com fraco desenvolvimento
Objectivo 2	reconversão económica e social das zonas em declínio industrial
Objectivo 3	luta contra o desemprego de longa duração, inserção de jovens e integração de pessoas ameaçadas de exclusão do mercado de trabalho
Objectivo 4	adaptação dos trabalhadores às mutações industriais através de medidas preventivas contra o desemprego
Objectivo 5a	adaptação das estruturas agrícolas e da pesca no quadro da reforma da política agrícola comum
Objectivo 5b	diversificação económica das zonas rurais vulneráveis
Objectivo 6	adaptação económica das regiões com baixa densidade populacional



● Zonas da Comunidade Europeia para o Objectivo n.º 1



da pelo Fundo de Coesão.

Criado pelo Conselho em Maio de 1994, este Fundo é um instrumento financeiro que apoia projectos na área do ambiente e das redes transeuropeias no domínio de infra-estruturas de transportes, tendo em vista o reforço da coesão económica e social e a redução das disparidades entre os níveis de desenvolvimento no espaço comunitário, no cumprimento do esforço de convergência exigido pela realização da União Económica e Monetária e de acordo com os critérios estabelecidos no Tratado de Maastricht.

Até ao final do século, Portugal espera receber deste Fundo 2.600 milhões de ECU.

## O QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO

Cerca de 90 por cento do orçamento dos Fundos Estruturais é consagrado ao apoio das acções conduzidas por iniciativa dos Estados-membros através, nomeadamente, dos chamados Quadros Comunitários de Apoio, documentos que reflectem as estratégias de desenvolvimento de cada país.

No que se refere a Portugal, e no período que decorreu entre 1989 e 1993, o I Quadro Comunitário de Apoio contribuiu de forma decisiva para o progresso

económico e social do país.

A Comissão Europeia destacou aquelas que foram consideradas as mais importantes realizações dos cerca de 1.200 milhões de contos que, nesse período, os Fundos Estruturais aplicaram no país: uma aproximação de 3 pontos percentuais do Produto Interno Bruto português à média comunitária; uma redução de 0,25 por cento do défice público anual e de 14 por cento do peso da dívida pública no produto; a criação de cerca de 80 mil postos de trabalho e um aumento 7,4 por cento na produtividade agrícola.

Em Fevereiro de 1994 a Comissão Europeia aprovou o II Quadro Comunitário de Apoio.



## QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO 1994-1999

FONTES DE FINANCIAMENTO	MONTANTE	
	milhões de Ecu	%
Fundos Estruturais	13.980,00	47,01
Fundo de Coesão	2.601,00	8,75
Sector público nacional	6.516,55	21,91
Sector privado	6.641,65	22,33
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>29.739,19</b>	<b>100,00</b>

O custo total dos Programas previstos neste II QCA para o período de 1994-1999 é de quase 30 mil milhões de ECU (quase 6.000 milhões de contos).

Embora, até ao final deste século, contribuam com quase metade deste valor - cerca de 14 mil milhões de ECU (ou seja, perto de 2.750 milhões de contos) - os Fundos Estruturais não constituem a única fonte de financiamento do QCA. Quase nove por cento do custo total, como atrás referimos é assegurado directamente pelo Fundo de Coesão e o resto do financiamento é suportado pelo sector público nacional - governo central, autoridades regionais, locais e outras - e entidades privadas, que contribuem com partes quase iguais, cerca de 22 por cento cada.

Em Portugal, o Quadro Comunitário de Apoio consagra um plano de desenvolvimento cujos objectivos globais visam uma alteração da estrutura da economia e do emprego que permita um

crescimento rápido, a redução das disparidades regionais e a melhoria da qualidade de vida e da competitividade da economia.

Alguns dos objectivos particulares foram mesmo quantificados: a convergência do PIB per capita para a média comunitária deverá aumentar, durante o período 1994-1999, para 1 por cento ao ano (estando metade desse valor directamente ligado à execução do QCA), tendo esse valor sido de 0,6 por cento ao ano entre 1989 e 1993; as disparidades regionais deverão diminuir ao mesmo ritmo que durante o período 1981-1991; e a produtividade deverá crescer a um ritmo superior ao da média comunitária.

O Quadro Comunitário de Apoio estabelece quatro prioridades para os Programas que o integram:

**1. Qualificar os recursos humanos e promover o emprego** através da manutenção do esforço financeiro em benefício do sistema educativo e formativo, do reforço das políticas activas de formação profissional e ajudas ao emprego e do aumento do investimento nos domínios da investigação, ciência e tecnologia.



**2. Reforçar os factores de competitividade da economia** através da criação de infra-estruturas de transportes, telecomunicações e energia e da modernização do tecido económico orientado para o ajustamento estrutural da economia portuguesa e o reforço da competitividade nas pescas, agricultura, in-

nal, promovendo o potencial de desenvolvimento das regiões através, nomeadamente, do apoio ao desenvolvimento local e rural; criando uma iniciativa de apoio ao investimento municipal; e, por último, lançando programas específicos para cada uma das sete regiões-plano em que se divide o território.

**QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO 1994-1999**  
Resumo por prioridades e por fontes de financiamento

PRIORIDADES	CUSTO TOTAL	DESPESAS PÚBLICAS								SECTOR PRIVADO TOTAL		Empréstimos Comunitários
		Subvenções Comunitárias					Financiamento Nacional					
		FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	TOTAL						
	milhões ECU	%	%	%	%	%	milhões ECU	%	milhões ECU	%	milhões ECU	
N.º 1 Qualificar os recursos e promover o emprego	4.160,28	22,07	51,48	0,00	0,00	73,54	3.059,56	24,51	1.019,849	1,94	80,875	0,00
N.º 2 Reforçar os factores de competitividade da economia	15.592,44	26,12	2,66	10,50	1,17	40,44	6.306,20	21,01	3.275,392	38,55	6.010,846	5.230,00
N.º 3 Melhorar a qualidade de vida e coesão social	1.773,72	52,77	18,49	0,00	0,00	71,26	1.264,00	28,74	509,716	0,00	0,000	360,00
N.º 4 Fortalecer a base económica regional	4.877,17	54,58	3,98	5,27	0,64	64,47	3.144,30	24,25	1.182,943	11,28	549,924	510,00
Assistência técnica	274,59	49,14	25,86	0,00	0,00	75,00	205,94	25,00	68,649	0,00	0,000	0,00
TOTAL	29.739,19*	29,33	10,59	6,37	0,72	47,01	13.980,00	20,37	6.056,549	22,33	6.641,645	6.100,00

dústria, turismo e património cultural, comércio e serviços, privilegiando o apoio ao investimento produtivo articulado com investimentos nas infra-estruturas que tenham um impacto mais directo no desenvolvimento económico.

**3. Promover a qualidade de vida e a coesão social**, apoiando acções de renovação urbana, intervindo de forma integrada no domínio do ambiente, melhorando o sistema de saúde e lançando acções de apoio à integração económica e social dos grupos sociais desfavorecidos.

**4. Fortalecer a base económica regio-**

Como ressalta do quadro, a prioridade das prioridades vai para o reforço da competitividade da economia portuguesa. Cabe aí, e no que se refere ao sector industrial, um papel importante ao PEDIP II (1994/1999) - Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria, cujo orçamento se eleva a 2.950 milhões de ECU, dos quais 2.213 (mais de 420 milhões de contos) correspondem a financiamentos comunitários.

A seguir à prioridade nº 2, é nas prioridades 4 e 1, respectivamente, que se concentram os esforços do QCA. O FEDER financia significativamente a prio-



ridade nº 4 e o FSE é responsável por mais de metade das subvenções comunitárias destinadas à prioridade nº 1.

O Fundo Social Europeu continua a desempenhar um papel fundamental na melhoria do funcionamento do mercado do trabalho em Portugal, nomeadamente apoiando não só os trabalhadores empregados, mas também aqueles que pretendem ingressar nesse mercado: cofinancia a pré-formação, o aconselhamento, a melhoria do nível de aptidões básicas, o emprego na colectividade e a experiência de trabalho, além de conceder assistência à procura de emprego, e apoiar a mobilidade dos recursos humanos, em termos geográficos e de carreira.

#### PROGRAMAS OPERACIONAIS

O Quadro Comunitário de Apoio concretiza-se num conjunto de programas

operacionais de âmbito nacional, complementados por mais sete programas regionais, específicos para cada uma das regiões-plano em que se divide o território nacional, que visam responder às necessidades e problemas próprios de cada uma dessas regiões.

Com mais de metade do investimento total, como se verifica no quadro, o mais importante é o **Programa Modernização do Tecido Económico**. Seguem-se, por ordem de importância, o **Programa Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento** e o **Programa Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional**, que mobilizam quase 1/4 dos montantes previstos no QCA.

#### PROGRAMA «MADEIRA»

Destinado ao apoio específico ao desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, à melhoria do nível e quali-

### QCA (1994-1999) PROGRAMAS OPERACIONAIS

PROGRAMAS	Montante		Comparticipação da União Europeia
	milhões de ECU	%	
Modernização do Tecido Económico	11.678,80	54,45	37,00%
Infra-estruturas de Apoio ao desenvolvimento	3.913,64	18,25	50,77%
Ambiente e Renovação Urbana	833,72	3,89	67,04%
Promoção do Potencial de desenvolvimento regional	1.231,84	5,74	48,30%
PRINEST	40,00	0,19	75,00%
RESIDERII	10,77	0,05	64,14%
Assistência Técnica ao QCA 1994-1999	135,61	0,63	75,00%
Programas específicos para as 7 regiões-plano	3.603,00	16,80	70,50%
<b>TOTAL</b>	<b>21.447,38</b>	<b>100,00</b>	<b>47,20%</b>

dade de vida da sua população, à protecção do meio ambiente, ao reforço do potencial económico, ao desenvolvimento dos recursos humanos e do emprego e à redução dos desequilíbrios intra-regionais na maior ilha do arquipélago, o Programa operacional representa um investimento total de 665,173 milhões de ECU (quase 130 milhões de contos) dos quais 55,5 por cento representam o cofinanciamento da UE.

A principal aplicação (481,388 milhões de ECU) destina-se ao subprograma **Desenvolvimento dos Factores de Competitividade e de Factores Endógenos**, destacando-se aí as seguintes vertentes:

- melhoria das ligações externas e internas da ilha e maior racionalidade na gestão energética;
- criação de uma base industrial para valorizar o artesanato;
- consolidação das infraestruturas e valorização do património turístico;
- melhoramentos na agricultura, nomeadamente ligados à investigação e preservação da floresta;

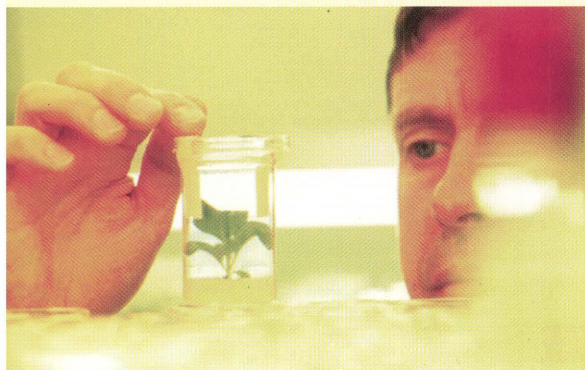
- modernização da frota pesqueira e da comercialização do pescado;
- criação de um ambiente empresarial para mobilizar o potencial endógeno.

Os três restantes subprogramas têm os seguintes objectivos centrais: Qualificação e valorização do potencial humano; Qualidade de vida e protecção do ambiente; Gestão e acompanhamento.

As fontes de financiamento da participação da UE são: o FEDER, com 69,53 por cento; o FSE, com 13,83 por cento; o FEOGA-Orientação, com 13,86 por cento e o IFOP, com 2,76 por cento. O restante será suportado pelas autoridades nacionais, regionais e locais e, também, pelo sector privado.

#### INICIATIVAS COMUNITÁRIAS

Até ao final do século Portugal, além dos programas previstos no QCA, vai beneficiar também das acções previstas nas Iniciativas Comunitárias, instrumentos específicos da política estrutural da União que a Comissão Europeia propõe aos Estados-membros. Tais iniciativas têm por objectivo reforçar a coesão, resolvendo problemas com especial incidência em toda a União. Para o período de 1994-1999, treze Iniciativas Comunitárias integram acções em torno de sete temas prioritários: Cooperação e redes transfronteiriças e inter-regionais; Desenvolvimento rural; Regiões ultraperiféricas; Emprego e desenvolvimento de recursos humanos; Gestão das mutações industriais; De-





envolvimento das periferias urbanas em crise; Reestruturação da pesca.

Para o seu financiamento estão previstos quase doze mil milhões de ECU.

Para a Madeira, assume especial importância a iniciativa REGIS pois integra acções do antigo programa POSEIMA .

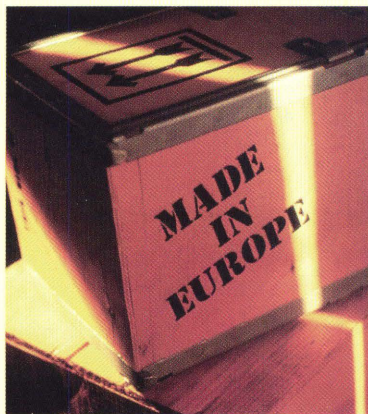
Este programa, adaptando a política comunitária às especificidades da Região Autónoma serviu, a partir de 1991, um duplo objectivo: o desenvolvimento do arquipélago e a sua integração no mercado interno.

Em complemento, o programa REGIS, de 1994-1999, aparece como uma iniciativa comunitária específica para as regiões ultraperiféricas oferecendo um suporte financeiro importante aos fundos estruturais ligados ao Objectivo n.º 1. O POSEIMA beneficiou vários sectores de actividade como a pesca, a agricultura (sobretudo a tradicional) e o ambiente, a fiscalidade e a política aduaneira.

Como exemplos bem sucedidos aponta-se:

- um regime específico e permanente de aprovisionamento a funcionar desde 1992 para a distribuição de produtos agrícolas a preços baixos, o que beneficiou directamente as empresas transformadoras e os consumidores;

- o grande apoio dado aos produtores tradicionais do sector primário, principais fontes de emprego e de receitas comerciais, através de apoios à produção bananeira e comercialização do atum;
- no campo da diversificação económica e de uma melhor integração no mercado interno, a União ofereceu um



apoio importante incentivando a criação de uma marca comercial para produtos agroalimentares de qualidade e sua promoção junto dos consumidores europeus;

- o desenvolvimento da Zona Franca da Madeira, apoiado nas necessárias adaptações legislativas no domínio das regras aduaneiras, o que favoreceu a implantação de novas empresas.

Com uma dotação prevista de 600 milhões de ECU, a Iniciativa Comunitária REGIS integra diversas acções:

- diversificação das actividades económicas - produções agrícolas, desenvolvimento do turismo de descoberta, economia da energia e produção energética local, além do ordenamento de zonas costeiras e tratamento de águas residuais e detritos urbanos ou industriais;
- fomento e consolidação da cooperação entre regiões e com o resto da Comunidade, favorecendo as infra-estruturas de transportes e telecomunicações que permitam um intercâmbio de expe-

riências, transferência de know-how, procura de parceiros e lançamento e desenvolvimento de acções e serviços comuns utilizáveis num conjunto geográfico mais vasto.

Também a formação profissional e a prevenção de riscos naturais fazem parte das medidas elegíveis.

Na Madeira, os apoios recebidos da União Europeia têm beneficiado toda a região em diversos domínios da actividade económica e social. Podem-se referir mais alguns exemplos de intervenções comunitárias:

No domínio da modernização agroalimentar, o FEOGA - Orientação prevê a modernização de 24 empresas, o melhoramento de 100 quilómetros de canais de irrigação e a arborização de cerca de 2500 hectares.

No sector da educação, além dos esforços para o melhoramento das infra-estruturas e equipamento escolar

estão previstos cursos de reciclagem para professores com vista a uma melhoria das suas qualificações e cursos de formação profissional nas áreas do turismo, comércio, indústria e pescas.

No que se refere à protecção do ambiente, a Madeira beneficiou do programa LIFE para a protecção das focas das Ilhas Desertas, consideradas uma das espécies mais raras do mundo. Esta colónia de animais desenvolveu-se positivamente nos últimos anos, fruto de um projecto cofinanciado pela UE que levou as Ilhas Desertas à classificação de Reserva Natural.

O mesmo programa protegeu também a conservação do Montado do Urzal, valiosa floresta incluída no Parque Natural da Madeira que encerra cerca de 70 espécies de plantas e uma espécie de pomba, única no mundo, a «Columba trocaz».





(Continuação do verso da capa)

**Centro de Informação Rural "In Loco"**

Rua da Marinha, 8 - 1.º Dtº.  
8000 Faro  
Tel:089.250 63 Fax:089.271 75

**FUNCHAL**

**Eurogabinete da ACIF**

Av. Arriaga, 41  
9000 Funchal  
Tel:091.23 01 37 Fax 091.22 20 05

**LISBOA**

**Centros de Informação:**

**- Mediateca da Caixa Geral de Depósitos**

Av. João XXI, 63  
1000 Lisboa  
Tel:01.795 30 00/790 50 46 Fax:01.790 52 86

**- Centro Cultural de Belém**

Rua Bartolomeu Dias  
1400 Lisboa  
Tel:01.362 20 01/41 Fax:01.362 58 43

**Centros de Documentação Europeia:**

**- Universidade Católica Portuguesa**

Palma de Cima  
1600 Lisboa  
Tel:01.726 81 90 Fax:01.726 61 60

**- Escola Superior de Economia e Gestão**

Rua Miguel Lupi, 20  
1200 Lisboa  
Tel:01.391 25 93/50/72 Fax:01.397 26 84

**- Faculdade de Economia**

Trav. Estevão Pinto (Campolide)  
1070 Lisboa  
Tel:01.69 36 24 Fax 01.385 68 81

**- Faculdade de Direito de Lisboa**

Cidade Universitária  
1600 Lisboa  
Tel:01.793 15 66 Fax:01.793 32 50

**- Universidade Lusitana**

Rua da Junqueira, 194  
1300 Lisboa  
Tel:01.363 99 44/362 29 50 Fax:01.363 83 07

**- Colégio Universitário Pio XII**

Av. Forças Armadas  
1699 Lisboa  
Tel:01.796 71 46/7/8/9 Fax:01.796 71 49

**Eurogabinets:**

**- Banco de Fomento e Exterior**

Av. Casal Ribeiro, 59  
1000 Lisboa  
Tel:01.356 20 21/356 10 71 Fax:01.343 17 28

**- Caixa Geral de Depósitos**

Av. João XXI, 63 - 5.º, Apart. 1975  
1017 Lisboa  
Tel:01.790 50 47/790 53 89 Fax:01.790 50 97

**- Associação Industrial Portuguesa**

Praça das Indústrias, Apart. 3200  
1304 Lisboa  
Tel:01.363 94 58 Fax:01.364 67 86

**Centro Value**

Agência de Inovação, SA  
Av. dos Combatentes, 43 A - 10.ºC  
1600 Lisboa  
Tel:01.727 16 21/77 Fax:01.727 17 33

**OEIRAS**

**Centro de Documentação Europeia do INA**

Palácio do Marquês de Pombal  
2780 Oeiras  
Tel:01.441 32 31 Fax:01.443 27 50

**PONTA DELGADA**

**Centro de Documentação da Universidade**

Rua Mãe de Deus  
9502 Ponta Delgada  
Tel:096.65 31 55 Fax:096.65 30 70

**Eurogabinete da CCIA**

Rua Ernesto do Canto, 13  
9500 Ponta Delgada  
Tel:096.270 73 Fax:096.242 68

**PORTO**

**Centro de Doc. Europeia da Universidade**

Av. da Boavista, 1311 - 6.º  
4100 Porto  
Tel:02.609 70 86/606 43 03 Fax:02.606 43 03

**Eurogabinete da AI Portuense**

Exponor  
4450 Matosinhos  
Tel:02.998 15 80 Fax:02.995 70 17

**Centro Value**

Agência de Inovação, SA  
Rua de Sagres, 11  
4150 Porto  
Tel:02.610 73 78/9 Fax:02.610 33 61

**VILA DO CONDE**

**Centro de Informação Rural do IDARN**

Rua do Monte - Crasto Vairão  
4480 Vila do Conde  
Tel:052.66 23 99 / 66 19 99 Fax:052.66 17 80

**A coesão inter-regional é uma das preocupações desde sempre associada ao processo de construção europeia. O objectivo da presente brochura é duplo: apresentação, nas suas grandes linhas, dos princípios e políticas acordados no quadro das acções regionais da União; divulgação dos principais programas e projectos empreendidos no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) 1994-1999, na zona geográfica a que cada uma das três brochuras diz respeito.**



**Comissão Europeia**

**Gabinete em Portugal**

*Largo Jean Monnet, 1 - 10º 1200 Lisboa*